



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Partido Ecologista Os Verdes tem vindo a acompanhar a situação dos trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (SCMG), tendo o seu Grupo Parlamentar dirigido ao Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, no passado dia vinte e seis de maio, uma pergunta sobre medidas a adotar pelo Governo no sentido de defender os seus direitos laborais.

Em reunião com os trabalhadores, no dia 11 de junho, foi transmitido à deputada do PEV, Mariana Silva, a situação de repressão e assédio laboral por parte daquela entidade aos trabalhadores que participaram em maio de ações reivindicativas por melhores condições de trabalho, aumento de salários e pagamento de diuturnidades, pela dignificação dos vínculos laborais, pelo fim dos contratos precários e em defesa da liberdade sindical dentro da instituição.

Desde o início da pandemia que a degradação das condições de trabalho e a fragilidade dos vínculos se acentuou, estando os trabalhadores sobre grande pressão para o exercício de funções múltiplas, havendo défices nos rácios de funcionários face ao número de utentes nas diferentes valências, o que se reflete na qualidade do serviço prestado, como aliás testemunharam familiares de utentes dos lares da SCMG, presentes neste encontro.

Recorde-se que há mais de dois anos está a ser negociado um Acordo de Empresa entre o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) e a entidade empregadora, pelo que tem sido adiada a regularização das categorias profissionais, e consequentemente a garantia de salários dignos.

De acordo com informações prestadas pelo CESP, serão mais de uma centena os contratos precários celebrados entre trabalhadores e a SCMG, muitos dos quais resultaram já em rescisões, e substituição por novos contratos precários que caducam a todo o momento.

As restrições à liberdade sindical por parte desta entidade, a aplicação de suspensões e de processos disciplinares a mais de uma dezena de trabalhadores, após anos de luta por

condições de trabalho e direitos salariais têm levado a uma enorme pressão sobre estes profissionais, a quem foi exigido elevada entrega e dedicação no acompanhamento aos utentes no período de pandemia, com jornadas de trabalho exigentes para fazer face aos casos positivos para o vírus SARS-CoV2 e às situações de isolamento de utentes e funcionários.

Os trabalhadores exigem o devido reconhecimento dos seus direitos laborais e a reposição de condições de trabalho que permita a justa conciliação entre a vida profissional e familiar.

Os Verdes têm conhecimento da existência de diversas denúncias à Segurança Social e comunicações à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) no que respeita às condições de trabalho, aos rácios de funcionários para o número de utentes nas diferentes valências dos serviços prestados pela SCMG e alegadas irregularidades nas habilitações em cargos de direção.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República que remeta ao Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social o presente requerimento para que nos sejam facultadas:

1. Relatórios/Conclusões da Autoridade para as Condições do Trabalho, decorrentes de ações inspetivas sobre condições de trabalho nas instituições afetas à SCMG.
2. Informações sobre as conclusões resultantes de visitas/ações de fiscalização por parte da Segurança Social às instituições afetas à SCMG, relativamente a condições de trabalho, vínculos laborais e verificação de cumprimento dos rácios dos trabalhadores ao serviço nas diferentes valências face ao número de utentes, nos períodos noturno e diurno, nomeadamente de ajudantes de ação direta e enfermagem.
3. Conclusões sobre condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas na SCMG, com base no acompanhamento, avaliação e fiscalização por parte da Segurança Social, em particular na verificação das disposições legais ao nível da direção técnica, dos serviços prestados e das condições dos edifícios.

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2021

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)